



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

entre

**UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE
PANAMÁ**
e
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS**

A **UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE PANAMÁ**, localizada em Campus Dr. Víctor Levi Sasso, Vía Universidad Tecnológica, corregimiento de Ancón, Provincia de Panamá, Panamá, neste ato representada por **ING. HÉCTOR M. MONTEMAYOR Á.**, na qualidade de Reitor e Representante Legal, devidamente autorizado pela Resolução nº CGU-R-04-2021 do Conselho Geral da Universidade, aprovada em sessão ordinária virtual nº 05-2021, realizada em 5 de agosto de 2021, "pela qual autoriza a assinatura e execução de Acordos, Convênios, Protocolos, Memorandos de Entendimento e outros semelhantes, relativos à implementação de Programas de Cooperação Internacional nas áreas acadêmica, científica, de pesquisa, cultural e estudantil, de Ensino, Pesquisa e Mobilidade Administrativa da Universidade Tecnológica de Panamá, e outras disposições são adotadas", adiante designada UTP; e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**, uma autarquia em regime especial, mantida pela União, criada pela Lei 956, de 7 de setembro de 1927, do Estado de Minas Gerais, e transformada em instituição federal pela Lei 971, de 16 de dezembro de 1949, com sede na Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901, Brasil, neste ato representado pela sua Reitora, **DRA. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA**, adiante designada UFMG, cientes de que a cooperação entre ambas as instituições promoverá o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades acadêmicas e culturais, resolvem celebrar o presente acordo de



ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA Nº DRI-053-2022

entre

**UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE
PANAMÁ – PANAMÁ**
y
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
– BRASIL**

La **UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE PANAMÁ**, ubicada en Campus Dr. Víctor Levi Sasso, Vía Universidad Tecnológica, corregimiento de Ancón, Provincia de Panamá, Panamá, en este acto representada por el **ING. HÉCTOR M. MONTEMAYOR Á.**, en su condición de Rector y Representante Legal, debidamente autorizado mediante la Resolución No. CGU-R-04-2021 del Consejo General Universitario aprobada en sesión ordinaria virtual No. 05-2021 celebrada el 5 de agosto de 2021, "por la cual se autoriza la suscripción y ejecución de Convenios, Acuerdos, Protocolos, Memorandos de Entendimiento internacionales y demás similares, relacionadas a la implementación de Programas de Cooperación Internacional en las áreas académica, científica, de investigación, cultural y Movilidad Estudiantil, Docente, de Investigación y Administrativa de la Universidad Tecnológica de Panamá, y se adoptan otras disposiciones", en adelante denominada la UTP; y la **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**, es una autarquía bajo un régimen especial, mantenido por la unión creada por la Ley 956, del 7 de septiembre de 1927, del Estado de Minas Gerais y transformado en institución federal por la Ley 971, del 16 de diciembre de 1949, localizada en Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901, Brasil, en este acto representada por su Rectora, **DRA. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA**, en adelante denominada la UFMG, conscientes de que la cooperación entre las instituciones promoverá el desarrollo de investigaciones y otras actividades académicas y culturales, resuelven celebrar el presente Acuerdo de Cooperación mediante las



cooperação mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A UFMG e a Universidade Tecnológica do Panamá concordam em promover a cooperação acadêmica entre ambas as instituições, em áreas de mútuo interesse, por meio de:

- I - visitas e intercâmbios de professores, estudantes, pessoal administrativo e pesquisadores de cada instituição, com o objetivo de realizar atividades relacionadas à pesquisa, docência, extensão e gestão universitária;
- II - formação de grupos de trabalho, elaboração e desenvolvimento de projetos conjuntos e programas de cooperação a curto, médio e longo prazo;
- III - organização conjunta de eventos acadêmicos, científicos e culturais;
- IV - cursos de diferentes níveis e categorias;
- V - assessoria técnica;
- VI - acesso à infraestrutura de informação e laboratorial das respectivas instituições;
- VII - intercâmbio de informação e publicações acadêmicas, científicas e culturais;
- VIII - mobilidade de professores, estudantes e investigadores;
- IX - cursos e disciplinas compartilhados.

CLÁUSULA SEGUNDA - IMPLEMENTAÇÃO

Para a implementação de cada ação específica de cooperação, ambas as instituições deverão preparar conjuntamente um programa de trabalho relativo às formas, aos meios e às respectivas responsabilidades, que será objeto de Acordo Específico, a ser firmado entre as partes interessadas, com suas próprias regras de execução das atividades.

§ 1º Este Acordo de Cooperação pode incluir atividades regidas por Acordos Específicos.

§ 2º Os planos de trabalho ou Projetos aludidos nesta cláusula deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – identificação de atores e responsabilidades assumidas pelas partes interessadas;
- II – metas a serem atingidas;

siguientes cláusulas y condiciones:

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

La UFMG y la UTP están de acuerdo en promover la cooperación académica entre ambas instituciones, en áreas de mutuo interés, por medio de:

- I - visitas e intercambios de profesores, estudiantes, personal administrativo e investigadores de estas instituciones con el objetivo de llevar a cabo actividades relacionadas con la investigación, docencia, extensión y gestión universitaria;
- II - formación de grupos de trabajo, elaboración y desarrollo de proyectos conjuntos y programas de cooperación en el corto, mediano y largo plazo;
- III – organización conjunta de eventos académicos, científicos y culturales;
- IV – cursos de diferentes niveles y categorías;
- V – asesoramiento técnico;
- VI – acceso a la infraestructura de información y de laboratorio de las respectivas instituciones;
- VII – el intercambio de información y publicaciones académicas, científicas y culturales;
- VIII – movilidad de profesores e investigadores;
- IX – cursos compartidos y asignaturas.

CLÁUSULA SEGUNDA – IMPLEMENTACIÓN

Para la implementación de cada caso específico de cooperación, ambas instituciones deberán preparar un programa de trabajo relativo a las formas, a los medios y a las responsabilidades, que será objeto de Acuerdo Específico, a ser firmado entre las Partes, con sus propias reglas de ejecución de las actividades

§ 1º El presente Acuerdo de Cooperación podrá incluir actividades regidas por Acordos Específicos.

§ 2º Los planes de trabajo o proyectos aludidos en esta cláusula deberán incluir al menos la siguiente información:

- I – identificación de los actores y las responsabilidades asumidas entre las Partes interesadas;
- II – objetivos a alcanzar;

- III – etapas ou fases de execução;
- IV – cronograma de execução;
- V – detalhes sobre responsabilidades financeiras.

CLÁUSULA TERCEIRA – FINANCIAMENTO

As Partes acordam que este Acordo não representa compromissos econômicos recíprocos entre elas, nem a transferência de recursos entre uma ou outra, ou a geração de novos desembolsos econômicos por qualquer uma das Partes, uma vez que concordam em tentar colaborar com os recursos técnicos e as capacidades instaladas que cada uma já possui.

CLÁUSULA QUARTA – PROPIEDADE INTELECTUAL

As atividades de investigação conjunta que possam produzir resultados passíveis de serem protegidos pelos direitos de propriedade intelectual deverão estar previstas nos Projetos ou Planos de Trabalho vinculados ao presente Acordo de Cooperação. Ambas as Universidades deverão acordar regras de articulação no sentido de garantir a adesão de todos os intervenientes às regras estabelecidas nos seus respectivos Regulamentos de Propriedade Intelectual. Portanto, nenhum dos resultados da cooperação científica ou técnica poderá ser utilizado sem o acordo prévio das duas partes. A parte que deixar de cumprir o pactuado nesta cláusula assumirá a responsabilidade jurídica correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DIVULGAÇÃO DE AÇÕES

As partes promoverão e facilitarão a divulgação das ações desenvolvidas por cada uma delas no âmbito deste Acordo.

CLÁUSULA SEXTA - CONFIDENCIALIDADE

Como este acordo envolve troca de informações, cada uma das partes pode ter acesso às informações confidenciais da outra. Para os fins deste Acordo, Informação Confidencial é entendida como todo tipo de informação divulgada ou transmitida por uma das partes à outra, determinada como tal, seja oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio. É estritamente proibido reproduzir ou transmitir

- III – pasos o etapas de ejecución;
- IV – calendario de ejecución;
- V – detalles de las responsabilidades financieras.

CLÁUSULA TERCERA – FINANCIACIÓN

Las Partes convienen que el presente Convenio no representa compromisos económicos recíprocos entre las mismas, ni el traslado de fondos entre una u otra, ni mucho menos la generación de nuevas erogaciones económicas para alguna de las Partes, toda vez que convienen procurar colaborar con los recursos técnicos y las capacidades instaladas de que ya disponen cada una de ellas.

CLÁUSULA CUARTA – PROPIEDAD INTELECTUAL

Las actividades conjuntas de investigación que produzcan resultados que pueden ser protegidos por derechos de propiedad intelectual deberán indicarse en los proyectos o planes de trabajo relacionados con este Acuerdo de Cooperación. Ambas universidades deberán acordar reglas de articulación para garantizar la inclusión de todos los interesados a las normas establecidas en sus respectivos reglamentos de Propiedad Intelectual. Por lo tanto, ninguno de los resultados de la cooperación científica y técnica se puede utilizar sin el acuerdo previo de ambas Partes. La Parte que no cumpla con lo acordado en la presente cláusula asume la responsabilidad legal correspondiente.

CLÁUSULA QUINTA – DIVULGACIÓN DE ACCIONES

Las Partes promoverán y facilitarán la divulgación de las acciones desarrolladas por cada una de ellas en el marco del presente Convenio.

CLÁUSULA SEXTA – CONFIDENCIALIDAD

En virtud de que el presente Acuerdo involucra intercambio de información, cada una de las Partes puede tener acceso a información confidencial de la otra. A efectos de este Acuerdo, se entiende por Información Confidencial todo tipo de información divulgada o transmitida por alguna de las Partes a la otra, determinada como tal, ya sea oralmente, por escrito o por cualquier otro medio. Queda



tais informações sem a autorização por escrito da outra Parte.

As Partes comprometem-se, em seu nome e em nome de todo o pessoal que trabalha sob sua responsabilidade, a guardar o mais estrito sigilo e a não revelar as informações a que possam ter acesso em virtude do intercâmbio de informações que venham a realizar, a qualquer instância civil ou jurídica, em qualquer formato.

Se exclui desta cláusula as informações que sejam de domínio público, por meio de publicações ou outros meios de divulgação, ou quando exigidas por uma autoridade competente. Nesse último caso, a outra Parte deve ser notificada assim que as ações ou recursos pertinentes forem iniciados.

CLÁUSULA SÉTIMA – TRANSFERÊNCIA DE RESULTADOS DE TECNOLOGIAS OU CONHECIMENTOS

Caso o bem suscetível de direitos de propriedade intelectual seja gerado por ação conjunta das Partes em virtude da colaboração e/ou cooperação que se estabeleça no âmbito deste Acordo, ambas iniciarão um processo de consulta, a fim de chegar a um acordo comum e definir o que é pertinente, no que diz respeito aos Direitos de Propriedade Intelectual, por escrito, em instrumento jurídico.

Os resultados das tecnologias ou conhecimentos desenvolvidos pelas Partes, com base neste Acordo, serão avaliados de forma a determinar os mecanismos de transferência e comercialização aplicáveis, de acordo com as características, normas e regulamentos de cada um, de forma a formalizar os processos de gestão e transferência dos resultados dos conhecimentos ou tecnologias, por meio dos quais serão definidos os usos, benefícios e outras particularidades dos referidos processos para ambas as Partes.

CLÁUSULA OITAVA – PROTEÇÃO DE DADOS DE CARÁTER PESSOAL

As Partes comprometem-se a tratar com estrita confidencialidade quaisquer dados e informação de caráter pessoal aos que tenham acesso em

estrictamente proibido reproducir o transmitir dicha información sin autorización por escrito de la otra Parte.

Las Partes se comprometen, en su nombre y en el de todo el personal que trabaje a su cargo, a mantener en la más estricta confidencialidad y no revelar la información a la que pudieran tener acceso en virtud del intercambio de información que van a llevar a cabo, a ninguna persona natural o jurídica, en cualquier formato.

Se exceptúa de esta cláusula, la información que haya sido de manejo público por publicaciones u otros medios de divulgación o cuando sea requerida por alguna autoridad competente. En este último caso, se deberá notificar a la otra Parte apenas se inicien las acciones o recursos pertinentes.

CLÁUSULA SÉPTIMA – TRANSFERENCIA DE RESULTADOS DE TECNOLOGÍAS O CONOCIMIENTOS

En la eventualidad de que el bien susceptible de derechos de propiedad intelectual, se genere por acción conjunta de las Partes en virtud de la colaboración y/o cooperación que se ha establecido en el marco de este Acuerdo, ambas iniciarán un proceso de consulta, a fin de llegar a común acuerdo y definir lo pertinente, con respecto a los Derechos de Propiedad Intelectual, por escrito en un instrumento legal.

Los resultados de las tecnologías o conocimientos desarrollados por las Partes, a partir del presente Acuerdo, serán evaluados a fin de determinar los mecanismos de transferencia y comercialización aplicables, de acuerdo a las características, normativas y reglamentos de cada una, con el fin de formalizar los procesos de gestión y transferencia de los resultados del conocimiento o tecnologías, donde se definirán los usos, beneficios y otras particularidades de dichos procesos para ambas Partes.

CLÁUSULA OCTAVA – PROTECCIÓN DE DATOS DE CARÁTER PERSONAL

Las Partes se comprometen a tratar con estricta confidencialidad cualesquiera datos e información de carácter personal a los que tengan acceso con motivo de



decorrência da execução do presente Convênio, assim como a observar todas as previsões legais contidas na normativa aplicável sobre Proteção de Dados de Caráter Pessoal de cada país.

Os dados de caráter pessoal serão conservados enquanto esteja em vigor a relação estipulada no presente Convênio, sendo tratados unicamente pelas Partes e pelos terceiros aos que as Partes estejam legal ou contratualmente obrigadas a comunicá-los. Uma vez finalizado o presente Convênio, os dados serão conservados apenas para cumprir as obrigações legais requeridas e para a formulação, exercício ou defesa de reclamações, durante o prazo de prescrição das ações derivadas do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA – USO DE NOMES, EMBLEMAS OU SELOS

As Partes não poderão, sem autorização expressa e escrita, utilizar o nome, emblema ou selo oficial da outra Parte para fins publicitários ou de qualquer outra índole. O uso de nomes, emblemas ou selos serão regulamentados conjuntamente de acordo com os manuais de identidade e imagem institucional de cada uma das Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS EXIGÊNCIAS

Os docentes, pesquisadores e estudantes participantes dos programas de cooperação, nos termos deste Acordo, seguirão as exigências de imigração do país da instituição receptora, e deverão contratar um seguro internacional de cobertura médico-hospitalar para a sua permanência no exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Este Acordo de Cooperação vigorará a partir da data da última assinatura, por um período de cinco (5) anos. Findo o prazo, o Acordo de Cooperação poderá ser reeditado, com a concordância de ambas as instituições, mediante o estabelecimento de um novo Acordo de Cooperação.

la ejecución del presente Convenio, así como a observar todas las previsiones legales contenidas en la normativa aplicable sobre Protección de Datos de Carácter Personal de cada país.

Los datos de carácter personal serán conservados mientras esté en vigor la relación estipulada en el presente Convenio, siendo tratados únicamente por las Partes y aquellos terceros a los que aquéllas estén legal o contractualmente obligadas a comunicarlos. Una vez finalizado el presente Convenio, los datos serán conservados a los únicos efectos de cumplir las obligaciones legales requeridas y para la formulación, ejercicio o defensa de reclamaciones, durante el plazo de prescripción de las acciones derivadas del presente Convenio.

CLÁUSULA NOVENA – USO DE NOMBRES, EMBLEMAS O SELLOS

Las Partes no podrán, sin autorización expresa y escrita, utilizar el nombre, emblema o sello oficial de la otra Parte para fines publicitarios o de cualquier otra índole. El uso de nombres, emblemas o sellos se reglamentarán conjuntamente de acuerdo con los manuales de identidad e imagen institucional de cada una de las Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – EXIGENCIAS

Los docentes, investigadores y estudiantes participantes de los programas de cooperación, según los términos de este Acuerdo, seguirán las exigencias de inmigración del país de la institución receptora, y deberán contratar un seguro internacional de cobertura médico-hospitalaria para su permanencia en el exterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMERA – VIGENCIA

Este Acuerdo de Cooperación entrará en vigor a partir de la fecha de la última firma, y regirá por un período de cinco (5) años. Una vez terminado el plazo, el Acuerdo de Cooperación podrá ser prorrogado por mutuo acuerdo de ambas instituciones, mediante un nuevo Acuerdo de Cooperación.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO TERMOADITIVO

Quaisquer modificações nos termos deste Acordo de Cooperação, deverão ser efetuadas por meio de Termo Aditivo, devidamente acordado entre as Partes signatárias

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DENÚNCIA

O presente Acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das Partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de noventa (90) dias. Caso haja pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Acordo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos programas de trabalho envolvidos, respeitadas as atividades em execução, as quais serão cumpridas antes de efetivar o encerramento, assim como quaisquer outras responsabilidades ou obrigações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As discrepâncias que possam surgir na interpretação e aplicação deste Acordo ou de seus adendos serão resolvidas de boa-fé, levando em conta o espírito de cooperação solidária que tem incentivado as Partes a assiná-lo.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente termo em 2 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Belo Horizonte,

**Pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
GERAIS**

**Dra. Sandra Regina Goulart Almeida
REITORA**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ADENDA

Cualquier modificación en los términos de este Acuerdo de Cooperación, deberá efectuarse por medio de una Adenda, debidamente acordada entre las Partes signatarias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA – DENUNCIA

El presente Acuerdo podrá ser denunciado en cualquier momento, por cualquiera de las Partes, mediante comunicación expresa, con antecedencia mínima de noventa (90) días calendario. En caso de conflictos, las Partes definirán, mediante Término de Cierre del Acuerdo, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los programas de trabajo involucrados, respetándose las actividades en ejecución, las cuales serán cumplidas antes de llevar a cabo el cierre, así como cualquier otra responsabilidad u obligación pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA CUARTA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Las discrepancias que pudieran surgir en la interpretación y aplicación de este Acuerdo o sus modificaciones serán resueltas de buena fe atendiendo al espíritu de cooperación solidaria que ha animado a las Partes a suscribirlo.

Y en prueba de conformidad y aceptación, las Partes firman el presente Acuerdo en 2 (dos) ejemplares de igual contenido y a un sólo efecto.

Ciudad de Panamá,

**Por la UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA DE
PANAMÁ**


**Ing. Héctor M. Montemayor Á.
RECTOR**